

Subcomissão do Estado veta maiores avanços

3 MAI 1987

Os temas sob exame da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança são muito polêmicos, e algumas das propostas a ela encaminhadas sugerem grandes avanços. Mas o relatório dos trabalhos da subcomissão não apresentará modificações substanciais em relação ao atual texto constitucional. Essa expectativa é compartilhada por conservadores e progressistas que integram o órgão, e os debates já realizados indicam que ela será confirmada.

"A tendência é tirar as aberrações da Constituição em vigor, mas sem avançar", avalia o deputado José Genoíno (PT-SP), para quem é lamentável que a subcomissão não promova alterações mais profundas em relação ao papel das Forças Armadas e à segurança nacional. Genoíno acredita que o conceito de segurança nacional será preservado e que as Forças Armadas continuarão com a atribuição de zelar pela ordem interna. O deputado Ottomar Pinto (PTB-RR), que é brigadeiro, tem a mesma previsão. Segundo ele, será mantido o envolvimento constitucional das Forças Armadas na segurança interna, "desde que se tornem insuficientes os meios de segurança pública e que esse envolvimento esteja sob a decisão do poder político".

O serviço militar, segundo Genoíno e Ottomar, continuará sendo obrigatório

apesar de várias propostas de constituintes progressistas em sentido contrário. Os dois deputados apontam também uma outra tendência da Subcomissão: a de manutenção do Conselho de Segurança Nacional (CSN), que teria, entretanto, uma composição mais aberta e atribuições diferentes das hoje estabelecidas. A definição dos objetivos nacionais permanentes por exemplo, deverá passar a ser competência do Congresso Nacional, e não mais do conselho.

Na Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, duas questões já parecem definidas, segundo o seu presidente, deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), e a deputada Lídice da Mata (PC do BBA): a introdução do voto distrital e a adoção do voto facultativo. Israel acredita que o relatório apresentará



José Genoíno

uma proposta de direito de voto aos maiores de 16 anos, e sugerirá a liberdade de organização partidária, mas estabelecerá condições para que os partidos possam funcionar. As exigências nesse sentido, segundo Lídice da Mata, são consequência de uma preocupação grande de integrantes da subcomissão com a proliferação de partidos:

— A tendência é de se partir para uma atitude de limitação, com o que não concordamos —, afirma.

Até agora, a Subcomissão de Garantia de Constituição, Reformas e Emendas não tem sido palco de divergências, e já há uma posição de seus integrantes favorável ao tribunal constitucional. Na opinião do presidente da subcomissão, deputado Fausto Fernandes (PMDB-PA): essa proposta será aprovada "com certeza". O deputado Antônio Britto (PMDB-RS) tem a mesma convicção e alinha ainda, como prováveis pontos de convergência, a criação da figura do defensor do povo, o direito, aos partidos políticos, casas legislativas e entidades da sociedade civil de representarem contra o poder público arguindo inconstitucionalidade por omissão, restrições ao poder de emendar a Constituição, e a possibilidade de as assembleias legislativas e um número determinado de cidadãos apresentarem emendas ao texto constitucional.